



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**Avaliação da Aprendizagem sob o olhar de docentes e
coordenadoras pedagógicas de uma escola municipal de
Simões Filho/BA**

Salvador

2021

PATRÍCIA DA SILVA SOUZA DE MENEZES

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Telma Brito Rocha

Salvador

2021

PATRÍCIA DA SILVA SOUZA DE MENEZES

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA AVALIADORA

Telma Brito Rocha (Orientadora)

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal da Bahia

Rejane de Oliveira Alves

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília
Professora da Universidade Federal da Bahia

Edna Telma Fonseca e Silva Vilar

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba
Professora da Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me capacitar para desenvolver essa atividade.

À minha família e aos amigos pelas contribuições.

Aos professores (as) da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia em especial a minha orientadora Telma Brito Rocha e as professoras Rejane de Oliveira Alves e Edna Fonseca e Silva Vilar.

Souza, Patrícia Silva da. **Avaliação da Aprendizagem sob o olhar de docentes e coordenadoras pedagógicas de uma escola municipal de Simões Filho/BA.**

2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender as percepções de professores(as) e coordenadores(as) pedagógicos acerca da avaliação da aprendizagem. Nessa direção procurou identificar ainda de que forma o coordenador pedagógico pode contribuir com os docentes para pensar a prática de uma avaliação mais democrática. Utilizou-se a metodologia descritiva e a técnica desenvolvida por meio de um questionário composto por 15 questões que foram respondidas por 10 professores(as) e 2 coordenadores(as) que atuam no Ensino Fundamental II de uma escola pública localizada no município de Simões Filho/BA. Por meio da pesquisa queremos contribuir com novos saberes para resolução de conflitos e problema relacionados a avaliação da aprendizagem, o trabalho docente e as possíveis contribuições do coordenador pedagógico. Utilizamos como referencial teórico os seguintes autores: Hoffmann; Luckesi, Villas Boas, Fernandes, Freitas e Fernandes, Vasconcellos e alguns documentos oficiais. Constatou-se por meio dos resultados da pesquisa que a avaliação da aprendizagem é uma prática complexa, identificou-se também a concepção dos professores e coordenadores pedagógicos sobre a avaliação da aprendizagem e percebeu-se que muitos professores ainda acreditam que somente o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos (as) precisa ser avaliado. Notou-se a prova como instrumento avaliativo mais utilizado e que a participação dos(as) coordenadores(as) pedagógicos contribui para a melhoria das práticas dos professores(as).

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, Coordenador Pedagógico, Ensino Remoto.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO	17
2.1	AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DO EXAME	18
2.2	AVALIAÇÃO FORMATIVA	26
2.3	AVALIAÇÃO SOMATIVA.....	14
3	OLHARES DE PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS ACERCA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	32
4	O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SEU PAPEL MEDIADOR NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICES – Questionários	54

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é Avaliação da Aprendizagem sob o olhar de docentes e coordenadoras pedagógicas de uma escola municipal de Simões Filho/BA. Avaliação é um termo polissêmico utilizado para definir várias atividades que vão desde o planejamento, escolha de instrumentos avaliativos, à atribuição de notas até a interpretação das informações acerca das aprendizagens dos/as estudantes para um agir docente. Avaliar faz parte do cotidiano de todo ser humano o qual sempre observa as circunstâncias para tomar decisões.

No que se refere à avaliação da aprendizagem percebe-se que embora seja um tema bastante discutido por alguns teóricos como:(Hoffmann,2014;Esteban, 2003;Luckesi,2011;Villas Boas,2019) existem desagregações entre a teoria e a prática quando a questão é avaliar para que o estudante aprenda e ocorra avanços tanto no desenvolvimento dos educandos quanto na práxis dos docentes .Logo, os atores escolares precisam refletir sobre qual o tipo de educação querem desenvolver, quais sejam: adaptativa para manutenção do status quo ou transformadora para mudanças significativas na sociedade?

Nesse sentido, Streck, Redin e Zitzoski (2010,p.325) apontam que “o conceito de práxis nas obras de Freire refere-se à compreensão da educação na sua globalidade”. Assim, analisa-se que a prática da educação que visa a transformação social, precisa conduzir os sujeitos a interpretar o mundo, problematizar a realidade, perceber os problemas presentes na sociedade, denunciá-los e vencê-los sempre com vistas a novas possibilidades de organizar a realidade. E a avaliação é uma das dimensões que precisa ser compreendida/praticada na dimensão da práxis.

A avaliação da aprendizagem ainda é difícil de ser compreendida e colocada em prática nos ambientes escolares, por isso é tão importante que se estude e discuta as questões sobre avaliar, para que, o(a) professor(a) possa praticar o ato de avaliar ao invés do que Luckesi (2011a) denominou como Pedagogia do exame.

Entende-se que educar e avaliar são atos que envolvem questões como ética e responsabilidade, pois impactam diretamente na trajetória da vida educacional dos discentes.O ato de educar e as instituições escolares não são neutras, sempre possuem uma intencionalidade política logo, as práticas pedagógicas têm viés ligado a concepção de mundo dos agentes escolares e é um ato político, já que a partir do

momento que os educadores optam por uma avaliação seletiva e classificatória ele está contribuindo para a formação de um modelo de sociedade a qual acredita que a meritocracia faz o indivíduo avançar. Dessa forma, a maneira que o docente atua na sala de aula, avalia os alunos e conduz suas ações estão ligadas às experiências adquiridas ao longo dos anos, a subjetividade e a concepção de avaliação de cada um deles.

Nessa perspectiva Luckesi (2011a, p.69), aponta que “a atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico como deveria ser constitutivamente”. Nesse sentido, avaliar tem como foco classificar os alunos, separando os “bons” dos “ruins” e assim reproduz e mantém um modelo social segregador o qual apoia-se na meritocracia e exclui aqueles que são considerados como menos capaz porque não atingiram determinada meta.

Conforme Freitas e Fernandes (2007, p.19), “avaliar não é medir, mesmo que o medir esteja presente no processo, avaliação é uma atividade orientada para o futuro”. Assim sendo, os avaliadores precisam refletir e entender que se avalia para tentar manter ou melhorar as ações e práticas pedagógicas futuras. Dessa forma, percebe-se que a escola ainda não rompeu com o sistema tradicional tanto no que se refere às matrizes curriculares quanto nas formas de avaliar, uma vez que para a sociedade conservadora e alguns docentes avaliar é aplicar os instrumentos de avaliação e atribuir notas ao final do processo. Observa-se que não há questionamento sobre o que o/a estudante aprendeu, uma vez que aprendizagem e desempenho não são sinônimos, pois este é pontual e aquele processo continuado.

Observa-se que existe uma dissonância entre a teoria e a prática presente na avaliação uma vez que nas escolas, ainda têm prevalecido, práticas avaliativas classificatórias e excludentes. Nesse sentido, Hoffmann (2009, p.12) concebe que “a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores, e principalmente, a ação classificatória e autoritária exercida pela maioria, encontra explicação na concepção de avaliação do educador” [...]. Mediante o exposto, analisa-se que fazer parte de um sistema escolar não significa ter acesso aos conhecimentos científicos historicamente produzidos, dado que ter acesso a um ensino de qualidade nas escolas públicas brasileiras é um ato de luta e resistência não só dos professores, mas também dos estudantes e seus familiares.

De acordo com Hoffmann (2009, p.15), “[...]as pesquisas realizadas com docentes mostram que eles entendem avaliar e educar como processos diferentes”. Assim, ao analisar tal equívoco, compreende-se que a concepção de avaliar adotada nesse contexto é fragmentada e não está vinculada ao ato de educar, pois educar e avaliar são processos indissociáveis. Todavia, é preciso questionar a qual concepção de avaliação o(a) professor(a) está vinculado(a), pois ao entender a avaliação como acompanhamento, processo e que deve ocorrer cotidianamente no espaço escolar torna-se um equívoco separar um dado momento para educar e outro para avaliar.

Dessa forma, os docentes precisam definir quais são as intenções do ensino, quais objetivos devem ser alcançados, o que os educandos aprenderão e definir conteúdos e métodos que serão utilizados. Então, concebe-se que aprender avaliar não é algo fácil e requer diligências individuais e coletivas de todos os sujeitos envolvidos no processo, já que envolve diálogo, compreensão, empatia, mediação e colaboração.

Os atores escolares precisam entender que os atos administrativos e pedagógicos não ocorrem separadamente e todos devem colaborar para que ocorra a aprendizagem dos discentes. Nesse contexto, também é primordial que o coordenador pedagógico tenha uma escuta sensível para fazer intervenções precisas e efetivas para o bom desenvolvimento dos trabalhos no ambiente escolar. Para que ocorra a gestão democrática e todos possam participar efetivamente das decisões é preciso um trabalho coletivo entre: direção, coordenação, os pais, os discentes e todos os trabalhadores que atuam na escola.

Diante do contexto apresentado, por meio desta pesquisa acadêmica pretendo responder à seguinte pergunta: Como os professores concebem a avaliação e em que medida o coordenador pedagógico pode colaborar com a prática docente, de modo a contribuir para ampliar as possibilidades de avaliar?

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender a Avaliação da Aprendizagem sob o olhar de docentes e coordenadoras pedagógicas de uma escola municipal de Simões Filho/BA.

E tem como objetivos específicos: Identificar a(s) concepções de avaliação da aprendizagem dos coordenadores pedagógicos da escola

Descrever as funções da coordenação e sua relação com a Avaliação da Aprendizagem.

Os objetivos propostos são pensados em termos de ações de investigação acerca da Avaliação, em especial, as práticas avaliativas desenvolvidas durante o período da Pandemia de covid-19, no contexto do Ensino Remoto.

O interesse pelo tema surgiu a partir do momento em que eu fiz estágio na coordenação pedagógica de determinada instituição e percebia que os estudantes chegavam ao setor pedindo a intervenção das coordenadoras pedagógicas no que se refere aos instrumentos avaliativos utilizados pelos professores. Os alunos chegavam nervosos, chorando e se pensando que a escola não era lugar para eles. Muitas vezes eram encaminhados para as psicólogas da escola. O problema é que a coordenação não poderia interferir no trabalho dos professores na sala de aula. Então, quando ocorreu a jornada pedagógica as coordenadoras convidaram Cipriano Luckesi para conversar com os docentes sobre avaliação da aprendizagem.

Em linhas gerais, este trabalho está organizado em cinco seções: na introdução, apresentamos o tema e a questão da investigação, os objetivos e os caminhos da pesquisa; na segunda seção, discutimos as concepções/funções da avaliação, na terceira seção, discorremos sobre olhares de professores e coordenadores acerca da avaliação da aprendizagem, na quarta seção, falamos sobre o coordenador pedagógico e o seu papel mediador na avaliação da aprendizagem e na seção das considerações retomamos os objetivos da pesquisa.

O objeto de/para investigação e o questionamento que serviu de base ao desenvolvimento deste TCC considerou o momento de pandemia ao qual estamos submetidos, incluindo-se suas dificuldades várias, inclusive a de ensinar-aprender-avaliar. Nesse contexto, o ensino remoto em sua dinâmica de necessidades materiais e pedagógicas para promover as aprendizagens e acompanhá-las pautou o movimento de pesquisa.

No que se refere ao ensino remoto, o Ministério da Educação (MEC) homologou o Parecer nº 19 de 18 de agosto de 2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e autorizou a substituição das aulas presenciais pelas atividades feitas por meio de recursos tecnológicos. O documento institui diretrizes nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei 14.040/2020, a qual estabelece normas

educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.

Nesse sentido, Brito (2021, p.3) pontua que ensinar de forma remota, “[...] é transpor o cronograma e organização do presencial para o on-line”. Desse modo, observa-se que a educação on-line possui algumas particularidades e precisa ser feita com planejamento, metodologia e avaliação adequados a essa forma de ensino.

Dessa forma, compreende-se que as atividades remotas emergenciais são aquelas que os ambientes educacionais estão desenvolvendo por meio das plataformas digitais. Com o advento da pandemia causada pelo vírus da COVID-19 a sociedade, as escolas e os quefazeres realizados para andamento do processo educacional sofreram mudanças bruscas. O mundo inteiro foi afetado pela crise ocasionada pela pandemia e conseqüentemente as escolas e os docentes tiveram que adaptar as aulas presenciais para um ambiente virtual. Segundo Santos

Pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI. SANTOS (2020, p. 29)

Diante do novo modo de vida provocado pela pandemia, os docentes tiveram que buscar aprimorar o conhecimento sobre o uso das tecnologias na educação e aqueles que não sabiam utilizar enfrentaram os desafios e aprenderam a utilizar e incorporar novas práticas aos trabalhos realizados. No ensino remoto deve-se desenvolver as atividades mediadas pelas tecnologias, porém arquitetadas com os princípios da educação presencial. As aulas virtuais ocorrem no mesmo horário em que seriam as aulas nas instituições de ensino, respeitando o tempo previsto nos documentos legais.

No entanto, é necessário observar de que forma os docentes, escola, os discentes e as famílias estão lidando com o novo modelo de ensino adotado durante a pandemia? Como está sendo desenvolvido o trabalho dos professores? E sobre a saúde mental dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, será que

todos estão conseguindo lidar com as agruras e perdas causadas pela pandemia? Existe apoio para os profissionais da educação e para os discentes?

São muitos questionamentos e se analisarmos a realidade da educação no Brasil percebe-se a precariedade existente mesmo antes da pandemia. O contexto pandêmico tornou mais evidente a falta de investimento e políticas públicas eficientes e eficazes para consolidação de uma educação de qualidade em nosso país.

Conforme Freire (2014, p.24), “alguns saberes são fundamentais para a prática educativa crítica e a formação docente deve ser permanente, uma vez que docentes e discentes são afetados mutuamente”. Dessa forma, pode-se observar como é essencial desenvolver a criticidade na prática docente e na formação dos estudantes, visto que ambos são afetados de forma mútua.

Sabe-se que para ocorrer a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade é necessário investir na formação inicial e continuada de professores para que eles possam atuar de maneira consciente independente das aulas serem presenciais ou virtuais colaborando de maneira eficaz para a emancipação e aprendizagem dos estudantes. A escola é um espaço destinado a oferecer educação de qualidade, equidade e igualdade para acesso e permanência dos discentes no caminho rumo à formação integral e humana.

Ao analisar as dificuldades com as questões pedagógicas diante do ensino remoto entende-se a importância da cooperação e da parceria entre a direção, o coordenador pedagógico e os professores. A organização do trabalho pedagógico precisa ser articulada por meio da gestão democrática tomando como base a realidade da escola e a concepção de educação adotada por ela.

Por conseguinte, com as novas tecnologias é possível aprender e ensinar ao mesmo tempo, amplia-se os horizontes e surgem novas oportunidades não só para a construção de novos conhecimentos e saberes, mas também para interação de diferentes sujeitos durante os encontros síncronos ou assíncronos.

A Pandemia causada pela Covid-19 provocou mudanças na economia, saúde e educação. No que se refere à educação, a escola, os pais, os alunos e os

professores tiveram que ressignificar a forma de ensinar e aprender sem qualquer preparação prévia para lidar com o novo cenário.

Assim, o ensino mediado pelas tecnologias possibilitou dar continuidade ao ensino de forma remota, uma vez que não poderíamos nos encontrar presencialmente. Nesse sentido, uma série de adaptações foram necessárias para que os estudantes pudessem continuar o processo de escolarização.

Isso posto, uma série de desafios surgiram, como por exemplo: como organizar o tempo destinado às aulas e as disciplinas? Quanto tempo os discentes permanecerão focados na aula diante das telas dos computadores e/ou smartphones? Como os docentes que não possuem habilidades com o computador e outras ferramentas tecnológicas poderão realizar as aulas? No Brasil, todos os estudantes têm acesso à internet? Ou possuem computador ou smartphone para participar das atividades? E como serão incluídos os alunos que não têm que não tem condições financeiras para conseguir o acesso às ferramentas tecnológicas que permita a participação nas aulas? E por fim, os alunos realmente estão aprendendo com o ensino remoto? Essas inquietações surgiram a partir do momento em que eu precisei lidar com a situação como professora e como estudante de licenciatura na UFBA.

Diante dos questionamentos apresentados é preciso abordar ainda, as questões psicológicas, uma vez que estamos lidando com uma crise sem precedentes a qual começou e não sabemos quando irá finalizar apesar dos avanços em relação a vacinação. Como podemos observar o país tem uma série de barreiras para serem vencidas, porém mesmo diante de todas elas os docentes estão abrindo o espaço de suas residências para ensinar de maneira remota. Algumas escolas estão desenvolvendo cadernos de atividades impressas para complementar as aulas que são ministradas com o auxílio das tecnologias.

Outro aspecto a ser destacado é a formação de professores para ministrar e planejar aulas online. É sabido que ao transpor as aulas presenciais para online, o tempo, o espaço e os conteúdos ministrados sofrerão mudanças, todavia é imprescindível a preparação dos docentes. Desta forma é necessário estar atento para não tornar as aulas conteudistas. É indispensável pensar também no tempo e nos espaços de aprendizagem os quais foram alterados com a pandemia. Como serão

distribuídas as horas aulas semanais? Por quanto tempo o aluno permanecerá sentado em frente ao computador e manterá o foco no que está sendo ensinado? Em quanto tempo os alunos devolverão as atividades? Elas têm sido desenvolvidas e com qual qualidade? E como tem sido o feedback de tais atividades pedagógicas?

No que se refere ao espaço destinado ao processo de ensinar e aprender atualmente é a nossa casa. Todavia, é fundamental pensar se os alunos estão realmente aprendendo ou se o docente precisará cumprir os conteúdos curriculares estabelecidos, desse modo é preciso definir quais são os conteúdos de aprendizagens são essenciais nesse contexto pandêmico.

A relação docente-discente ganhou um novo formato, grupos no whatsapp, plataformas como o zoom, teams ou o meet e os recursos utilizados também foram diversificados. E quanto a avaliação como tem sido desenvolvida no ensino remoto? O que avaliar? Qual tipo de atividade tem sido desenvolvida? A prática avaliativa está adequada ao atual contexto?

Entre as práticas avaliativas no ensino remoto há uma possibilidade para que seja desenvolvido com os estudantes a autoavaliação, visto que o espaço de interação entre os envolvidos é por meio das tecnologias os professores podem incentivar os alunos a exercitar a prática da autoavaliação. Desse modo, os professore(as) juntamente com o coordenador pedagógico precisam refletir e buscar possibilidades e caminhos para lidar da melhor maneira possível com os desafios da avaliação no ensino remoto. Conforme Santos

Em educação online é importante garantir tanto atividades individuais quanto colaborativas e cooperativas. É preciso garantir aos sujeitos envolvidos vivências e diversos desafios sociocognitivos e político-culturais. Toda prática pedagógica que se preocupa com o singular e o plural precisa lançar mão de atividades e dispositivos que potencializem a construção do conhecimento a partir dos saberes iniciais dos sujeitos envolvidos, transformando-os em conhecimento potencial. (SANTOS 2014, p.317)

Dessa forma, observa-se que a educação online permite outras possibilidades, porém é preciso preparação para que o processo ocorra de forma satisfatória. A seguir, serão discutidas as concepções de avaliação para colaborar com o entendimento das práticas avaliativas no cotidiano escolar.

Desse modo, nos propusemos a desenvolver uma pesquisa descritiva na qual construímos um questionário para ser respondido por professores(as) e coordenadores(as) que atuam em uma escola pública de Simões Filho (BA) acerca da Avaliação da Aprendizagem realizada na escola onde atuam.

Ao realizar a pesquisa de campo coleta-se as informações investigadas as quais somadas a pesquisa bibliográfica realiza-se a coleta dos dados junto aos sujeitos. Ela permite a observação de fatos e fenômenos de forma real, assim, precisa-se conhecer a realidade que será investigada. Todavia para obter tal conhecimento é necessário a coleta de dados. O interesse por pesquisar surgiu de demandas e inquietações. Na visão de Gatti pesquisa é

Pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa. [...] Contudo, num sentido mais estrito, visando a criação de um corpo de conhecimentos sobre um certo assunto, o ato de pesquisar deve apresentar certas características específicas. Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos. (GATTI,2002, p. 9-10)

Observa-se que o ato de pesquisar possui características específicas, logo não é qualquer conhecimento, é preciso delimitar qual a finalidade da pesquisa a ser realizada de acordo com o objeto a ser estudado e investigado.

A escola onde fizemos a pesquisa está localizada no município de Simões Filho-BA e trabalha com o Ensino Fundamental II na modalidade de ensino regular e oferece os seguintes componentes: Língua/ Literatura Portuguesa, Educação Física, Artes, Língua/ Literatura estrangeira – Inglês, Matemática, Ciências, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Ensino Religioso.

O estabelecimento de ensino atende a 216 estudantes do 6º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino, 10 docentes, 2 vigilantes, 2 gestoras ,2 coordenadoras pedagógicas e 8 servidores e técnicos administrativos. No que se refere ao espaço, a escola conta com biblioteca, sala dos professores, secretária, cozinha, banheiros e quadra poliesportiva.

Os/as participantes da pesquisa foram os professores de componentes curriculares distintos e que trabalham na rede municipal de Simões Filho e atuam no Ensino Fundamental II e as coordenadoras pedagógicas. Optamos por este lócus para

desenvolver a pesquisa a partir da problemática e dos objetivos apresentados e por conhecer os docentes e gestores da instituição os quais nos forneceram as informações almejadas.

No que se refere à coleta de dados foram aplicados questionários. Diante do momento pandêmico, provocado pela disseminação da Covid-19[1], aplicou-se, questionários, os quais foram enviados via e-mail e WhatsApp para as participantes da pesquisa. De acordo com Gil (1999, p.128), o questionário é “[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões”.

O objeto de/para investigação e o questionamento que serviu de base ao desenvolvimento deste TCC considerou o momento de pandemia ao qual estamos submetidos, incluindo-se suas dificuldades várias, inclusive a de ensinar-aprender-avaliar. Nesse contexto, o ensino remoto em sua dinâmica de necessidades materiais e pedagógicas para promover as aprendizagens e acompanhá-las pautou o movimento de pesquisa.

2 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO

É inegável que a avaliação é um tema bastante discutido não só na educação básica, mas também no ensino superior. No entanto, é interessante salientar que embora o tema seja sempre estudado e discutido muitos docentes ainda possuem dificuldades quando a questão é avaliar, a finalidade da avaliação e por que avaliar.

Segundo Hoffmann (2009, p.15), “[...] a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento e reflexão sobre a ação”. Logo é imprescindível que as práticas avaliativas realizadas pelos docentes estejam sempre acompanhadas de análise, investigação e pesquisa constantes e podem ser desenvolvidas de forma colaborativa e compartilhada.

Observa-se que são necessários estudos e pesquisas para buscar compreender por qual motivo, apesar da disponibilidade de tantos estudos sobre avaliação da aprendizagem, algumas escolas brasileiras ainda entendem o ato de avaliar como aplicar prova e atribuição de notas. Por isso, é imprescindível que os professores mesmo em formação aprendam sobre avaliação da aprendizagem, pois sabe-se que avaliação é um tema complexo e precisa ser estudado e pesquisado sempre.

De acordo com Villas Boas (1998, p.21), “as práticas avaliativas podem, pois, servir à manutenção ou à transformação social”, desta forma a avaliação da aprendizagem não pode ser realizada fora do contexto social e da prática pedagógica em que os atores do processo estão envolvidos e pode-se afirmar também que a maneira de avaliar está diretamente ligada a concepção de educação e da função social adotadas pela escola.

Na visão de Hoffmann,

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educador, na sua trajetória de construção na qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação. (HOFFMANN, 2009, p.17)

Depreende-se, que a avaliação é um processo contínuo o qual exige esforço, reflexão e contribui para a escola e os docentes desenvolverem atividades avaliativas que visam estimular a aprendizagem dos educandos. Desta forma, é necessário refletir e agir para que discurso e prática estejam alinhados, uma vez que não faz sentido saber o que deve ser feito (na teoria) e não colocar em prática. Assim, os atores escolares precisam analisar o que necessita ser melhorado e trabalhar em conjunto na busca por resultados satisfatórios no que se refere a aprendizagem tanto dos estudantes quanto dos professores.

Desse modo, é indispensável mudanças efetivas, para desconstruir os equívocos relacionados a avaliar, finalidade de avaliar e instrumentos de avaliação. Assim, ao obter clareza e compreender que a avaliação não pode ser feita isoladamente, fora da prática social e pedagógica de todos os envolvidos no processo amplia-se as possibilidades de aprendizagem e construção de saberes, logo precisa-se refletir sobre a práxis e o que significa avaliar.

Nesse sentido, Vasconcellos, pontua

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. (VASCONCELLOS, 1994, p. 43)

Desta forma, entende-se o ato de avaliar como um caminho em que a análise e ação são indispensáveis para o avanço e o desenvolvimento de todos. Observa-se ainda a importância do trabalho coletivo entre os coordenadores pedagógicos, docentes, estudantes e familiares, pois ao trabalhar em grupo em busca de qualidade e melhoria todos constroem novos caminhos para aprendizagem.

2.1 AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DO EXAME

Pode-se afirmar com Luckesi (2011a,p.18), que as escolas brasileiras praticam exames e não avaliação, pois avaliar é uma ação pedagógica que tem como intuito desenvolver as aprendizagens dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Segundo o autor citado, examinar e avaliar se distinguem pois:

[...] O ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela classificação e seletividade do educando, enquanto o que o ato de avaliar se caracteriza pelo diagnóstico e pela inclusão. O educando não vem para escola para ser submetido a um processo seletivo, mas sim para aprender, e para tanto, precisa do investimento da escola e de seus educadores, tendo em vista efetivamente aprender. (LUCKESI, 2011a, p. 18)

Sabe-se que ao adentrar a escola o educando traz consigo saberes e experiências as quais devem ser tomadas como base para o acesso a novos conhecimentos. No entendimento de Luckesi (2011a, p.30), a função verdadeira da avaliação da aprendizagem seria auxiliar a construção da aprendizagem satisfatória. Por meio da avaliação é possível analisar por que determinados educandos não estão aprendendo ou alcançando os níveis desejados, assim docentes e a coordenação pedagógica estudarão meios e formas para que os sujeitos aprendam.

Conforme Luckesi (2011a,p.50), “o ato de examinar tem como função a classificação do educando em “aprovado ou reprovado”. Então entende-se que se o aluno aprendeu o conteúdo por meio de um ensino adequado terá como consequência a aprovação, todavia o foco deve estar na aprendizagem. Logo ensina-se para que o aluno aprenda e não para aprovar.

Nesse sentido, entende-se que os exames são pontuais, pois os discentes devem saber como resolver as questões das provas em determinado momento, não será levado em consideração a desenvoltura do educando ao longo das aulas e outros fatores externos como problemas pessoais e emocionais os quais afetam o desempenho de qualquer sujeito. Só será analisado se o aluno conseguiu obter uma quantidade de acertos suficientes para ser aprovado.

Ao partir da premissa que o ser humano não está pronto e acabado é possível fazermos alguns questionamentos referente a avaliação classificatória a qual é realizada com o objetivo de separar o aluno que aprende daquele que não consegue aprender, o que sabe, daquele que não sabe e o que está apto e o que não está. Desta forma, é necessário analisar por que a escola continua praticando a classificação ao invés da inclusão?

Nessa perspectiva Esteban aponta que

A avaliação classificatória configura-se com as ideias de mérito, julgamento, punição e recompensa, exigindo o distanciamento entre os sujeitos que se entrelaçam nas práticas escolares cotidianas. Assim, a professora precisa tornar o outro sujeito da relação um objeto de conhecimento, interrompendo as relações intersubjetivas – tecidas pelo diálogo que conecta as atividades escolares – e transformando-as. (ESTEBAN, 2003, p.14)

Tal concepção de avaliação possui paradigmas os quais devem ser seguidos e metas a serem alcançadas, assim o aluno que se destaca terá prioridade e é o exemplo a ser seguido pelos demais. Ao adotar esse modelo de avaliação os docentes selecionam os melhores alunos, os quais merecem honras e destaque e os que ainda não atingiram o patamar estabelecido são constrangidos e se sentem inferiores.

Segundo Vilas Boas (2008, p.32), “a avaliação pode cumprir duas funções principais: classificar os discentes ou promover a aprendizagem deles”. De acordo com a autora, a seleção dos discentes é um dos fatores que contribuem para o insucesso dos alunos, professores e da escola e essa prática está tão enraizada na cultura escolar que é preciso um esforço enorme para libertar-se dela. Desse modo, é essencial o compromisso de todos os trabalhadores da escola com o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, é indispensável perceber que a avaliação não é um instrumento usado para medir resultados não alcançados ou uma forma de punição para os discentes os quais serão penalizados porque não conseguiram determinada nota, já que de acordo com essa concepção a culpa é do aluno que não aprendeu, mas todos possuem a capacidade de aprender, ainda que em ritmo diferenciado.

Segundo Luckesi (2003,p.13), “a avaliação da aprendizagem tem por objetivo diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno, tendo em vista subsidiar a tomada de decisões para melhoria da qualidade do desempenho”. Ao avaliar com a intenção de conduzir o aluno a aprender ocorre a melhoria de todo trabalho pedagógico desenvolvido no chão da escola. Os estudos os quais abordam o tema revelam que a aprender o significado de avaliar não é uma tarefa simples, pois envolve pesquisa constante, construção e reconstrução de novos saberes, diálogos, empatia e compromisso ético. Nesse sentido Haydt aponta

A avaliação da aprendizagem do aluno está diretamente ligada à avaliação do próprio trabalho docente. Ao avaliar o que o aluno

conseguiu aprender, o professor está avaliando o que ele próprio conseguiu ensinar. Assim, a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos na aprendizagem fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la. É por isso que se diz que a avaliação contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino. (HAYDT, 2011, p. 216)

Ao observar a afirmação de Haydt entende-se que avaliar para aprendizagem tem como característica diagnosticar a aprendizagem dos estudantes e assim, buscar formas de melhorar a aprendizagem e a prática dos docentes gradativamente. Percebe-se então, o processo avaliativo como um meio para identificar as necessidades de aprendizagem e por qual motivo os estudantes não estão aprendendo. Obviamente que os alunos possuem níveis diferenciados e aprenderão de formas diferentes, todavia cabe a escola juntamente com os professores investigar como incluir os discentes que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem. No entendimento de Luckesi

a avaliação deve ser diagnóstica e processual, porque o estudante pode não ter o conhecimento previsto em um determinado momento, porém se o aluno for estimulado e tiver um acompanhamento efetivo poderá desenvolver a habilidade desejada, visto que a avaliação poderá ser analisada com resultados provisórios os quais podem ser alterados ao longo do processo. (LUCKESI, 2003, p.13)

Logo, a avaliação é aliada da escola, uma vez que contribui para aprendizagem se os professores, coordenadores pedagógicos e gestores tiverem entendimento e concordarem com a concepção de avaliação formativa que conduz a melhorias contínuas. No entendimento de Luckesi avaliar é diagnosticar, nesse sentido ele afirma

Avaliar é diagnosticar; e no caso da avaliação, é o processo de qualificar a realidade por meio de sua descrição, com base em seus dados relevantes, e, a seguir, pela qualificação que é obtida pela comparação da realidade descrita com um critério, assumido como qualidade desejada. (LUCKESI, 2011b, p.277)

Portanto, a avaliação é uma investigação a qual indica caminhos para a melhoria do processo, pois analisa-se a realidade com critérios estabelecidos para alcançar objetivos planejados. Avaliar permite a inclusão, isto é, não classifica os discentes em bom ou ruim, melhor ou pior, assim por meio do olhar sensível do docente fará com que ele busque alternativas para todos aprenderem.

Não é uma tarefa fácil e esse fato explica porque apesar de tantos estudos e discussões sobre avaliação, ainda há nas escolas brasileiras práticas avaliativas arcaicas as quais penalizam e excluem os educandos fazendo-os acreditar que a escola não é lugar apropriado para eles. Por conseguinte, é necessário entender os conceitos, as práticas avaliativas e o modelo de sociedade que será formada para desenvolver de forma consciente a avaliação escolar.

Conforme Vilas Boas (2017, p.100), “os educandos não são avaliados apenas pelo professor dentro da sala de aula, eles são avaliados todo o tempo que permanecem na escola, em todos os ambientes por meio da avaliação informal”. Para a autora, a avaliação deve ser vista como aliada do docente e do educando, já que não se avalia para atribuir nota ou conceito, mas avalia-se para promover a aprendizagem dos alunos.

Destarte, há também a necessidade de avaliação para saber como foi desenvolvido o trabalho pedagógico de toda a escola e da sala de aula com a intenção de melhorar as aprendizagens. Por esse entendimento, avaliam-se as atividades organizadas pela escola, como conselhos de classe, o trabalho dos professores e reuniões com eles, reuniões com os pais, dessa forma todos avaliam e são avaliados. Assim, todos em comum acordo organizam o trabalho pedagógico para melhoria das aprendizagens e formar cidadãos que saberão atuar de maneira ética e autônoma na sociedade em que vivem.

Nesse sentido, Villas Boas pontua

É muito conhecida a avaliação feita por meio de provas, exercícios e atividades quase sempre escritas, como produção de textos, relatórios, pesquisas, resolução de questões matemáticas, questionários etc. Quando a avaliação é realizada dessa forma, todos ficam sabendo que ela está acontecendo: alunos, professores e pais. Esse tipo de avaliação costuma receber nota, conceito ou menção. É o que chamamos de avaliação formal. (VILAS BOAS, 2007, p.13)

No entendimento de Villas Boas, “a avaliação formal difere da informal, pois são adotados procedimentos perceptíveis e previamente conhecidos pelos avaliadores e avaliados como provas e outras atividades desenvolvidas pelos docentes”. Assim, percebe-se a importância da avaliação para formação dos sujeitos e a função social da escola, pois as discussões sobre o tema não são recentes, mas a questão é por que ainda se pratica nos sistemas educacionais brasileiros avaliações classificatórias

e excludentes? Por qual motivo os professores possuem tanta dificuldade para mudar a concepção de avaliação e insistem em utilizar a prova como meio de avaliar os estudantes?

Segundo Luckesi (2003, p.12), “avaliar e examinar são conceitos distintos, uma vez que o exame tem por objetivo julgar, aprovar ou reprovar, são pontuais, classificatórios, estáticos, antidemocráticos[...]”. Na perspectiva do exame os professores detêm o poder e o saber, aumentam o nível das atividades e tentam controlar os educandos, dessa forma a avaliação é realizada com o intuito de punir.

Dessa forma o autor afirma

A prática dos exames, devido a operar com os recursos da aprovação/reprovação, obrigatoriamente, conduz a política da reprovação, que tem se manifestado como o mais consistente alibi para o fracasso escolar. O discurso mais comum é o seguinte: “Já que os alunos não aprenderam, devem ser reprovados, não é possível continuar promovendo educandos que não tenham aprendido”. E com essa afirmação tranquilizamos nossa consciência e não aprofundamos a investigação das verdadeiras e fundamentais causas do fracasso escolar, que tem muito mais a ver com má qualidade de ensino do que com a incompetência ou má vontade dos educandos. (LUCKESI, 2003, p.15)

Considerando-se que a educação é direito de todos e que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no seu artigo 4º: O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, mas também que estar matriculado em uma unidade escolar não significa que os estudantes estejam incluídos, aprendendo e formados para o exercício da cidadania Vasconcellos discorre que

A avaliação escolar é, antes de tudo, uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades, aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo; numa sociedade de classes, não há espaço para a neutralidade: posicionar-se como neutro, diante dos interesses conflitantes, é estar a favor da classe dominante que não quer que outro interesse prevaleça sobre os seus. (VASCONCELLOS, 1994, p.45)

Nesse sentido, ao avaliar é imprescindível saber quem é o sujeito que está sendo avaliado, qual o contexto em que ele vive, por qual motivo ele não atingiu o

objetivo desejado e pensar em alternativas que possam ajudá-lo a superar as dificuldades. Assim, os docentes e os sistemas de ensino assumem uma posição política de luta e resistência ao sistema imposto e a responsabilidade com o fazer pedagógico.

Diante das questões expostas é imprescindível que tanto os educadores e educandos quanto a escola utilizem a avaliação como aliada na busca por melhoria contínua porque ao avaliar, autoavaliar, dar feedback e entender o que não está funcionando bem e o que precisa ser reajustado durante o processo de ensino e aprendizagem mudanças significativas ocorrerão.

Conforme Luckesi (2011a, p.125), “ os docentes precisam buscar meios para que o educando aprenda e se desenvolva individual e coletivamente”. Para o autor, esse é um princípio político-social importante da atividade educativa. Concordamos com a visão de Luckesi, pois é sabido que a educação pública no Brasil está aquém do esperado.

É necessário compromisso de todos os atores presentes no ambiente escolar para vencer as barreiras e obstáculos do cotidiano. Podemos citar uma série de problemas presentes na escola, desde a estrutura física à valorização dos profissionais da educação. Com isso frisamos que a não aprendizagem dos discentes, a reprovação e evasão escolar não é culpa dos docentes e muito menos dos educandos.

Nessa discussão Freitas, pontua

A organização do trabalho pedagógico da escola em sua forma seriada, por exemplo, esconde uma concepção de educação baseada na seletividade pela homogeneização dos tempos de aprendizagem. Tal homogeneização fornece igualdade de acesso, mas não necessariamente igualdade de desempenho, já que os ritmos de aprendizagem dos estudantes são diferenciados. A escola não declara a incorporação de tal função seletiva em sua prática, antes a esconde e oculta. Em geral, nesse contexto, a avaliação tem sido utilizada para legitimar a distribuição desigual das rotas de sucesso e fracasso dos estudantes, sob o argumento da meritocracia. (FREITAS, 2009, p. 19)

Por conseguinte, é indispensável a formação ética e política dos gestores, professores, pais, alunos e demais funcionários, uma vez que todos participam do

processo educativo dos discentes. Ao compreender as engrenagens do sistema excludente no qual estamos inseridos teremos uma percepção mais apurada e consciente. Para Luckesi (2003, p.21), “a prática dos exames reproduz o modelo de administração do poder da sociedade, modelo centralizador”. Dessa forma, pode-se afirmar que questões e concepções políticas estão fortemente atreladas ao tipo de cidadão que se pretende formar e às práticas avaliativas.

Ao contrário da Pedagogia Tradicional, e as práticas do exame, Luckesi (2003, p.27) destaca que “[...] a Pedagogia Construtiva possui um viés acolhedor. Segundo o autor os professores conduzirão as aulas partindo de onde tem vida, ou seja, do conhecimento que os educandos já possuem para trabalhar com a avaliação para diagnosticar situações diversas, possibilitando jornadas satisfatórias para a construção da trajetória existencial e pessoal de cada discente.

O olhar afetuoso, as relações interpessoais, o diálogo e a relação de respeito estabelecida entre os educadores e educandos terão resultados satisfatórios e que deixam marcas positivas na vida dos discentes. Todavia, para que ocorra mudanças significativas no ambiente escolar é necessário a formação continuada e pesquisas constantes sobre o que é avaliar e suas implicações no tecido social.

Ao refletir sobre o trabalho desenvolvido na escola pode-se afirmar que o objetivo principal é construir aprendizagens. Logo, ao identificar irregularidades no caminho é natural a busca por soluções. Então, se os discentes não estão avançando ou não conseguem aprender, visto que a sala de aula é plural e cada educando aprende em tempos diferenciados, como o docente poderá lidar com todas essas demandas?

Ao ponderar as análises apresentadas, anteriormente, encontra-se a necessidade de uma avaliação formativa. Todavia, precisa-se compreender o que significa esse tipo de avaliação e como realizá-la.

Ao entender a avaliação como um processo busca-se sempre maneiras diversificadas para que o aluno aprenda. Portanto, o professor ao avaliar o aluno, deve levantar dados, analisá-los e sintetizá-los de forma objetiva possibilitando o diagnóstico dos fatores que interferem no resultado da aprendizagem, pois não é possível avaliar sem conhecer. O docente não pode ter uma visão reducionista sobre

o educando. Cabe ao docente mediar o processo para que o estudante aprenda, contudo, para que a aprendizagem ocorra é preciso acompanhamento constante por meio da avaliação formativa para entender por que o aluno não aprendeu ainda.

Os docentes e todos os atores da escola precisam compreender que aprendizagem e desempenho não são sinônimos, este é pontual e aquele refere-se ao processo continuado, busca entender o contexto e construir aprendizagem para o futuro. Conforme Haydt, precisa-se observar que

A avaliação é um processo, e como tal deve ser encarada. Por isso ela deve fazer parte da sala de aula, sendo usada periodicamente como um dos aspectos integrantes do processo ensino-aprendizagem. Ao fazer uso conjugado das três modalidades de avaliação – diagnóstica, formativa e somativa [...]. (HAYDT, 1997, p.28)

Percebe-se que a autora supracitada, aborda a necessidade do uso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa as quais são feitas com o intuito de acompanhar o conhecimento que os alunos já possuem e o que precisa ser aprendido, se esses estão preparados ou precisam ter acesso a algum conteúdo já visto anteriormente, mas que precisa ser revisado, qual o conhecimento prévio, como serão abordados novos saberes, o ponto de partida do ensino e assim, docente e educando buscam estratégias para novas descobertas.

2.2 AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação formativa é processual, contínua e permite ao docente analisar os resultados alcançados e reorientar, reorganizar ou modificar a própria prática. É investigar para melhorar as falhas tanto dos professores quanto dos alunos, os quais fazem parte do processo, e nota-se a construção do conhecimento pela investigação de ambos. Com a avaliação formativa os docentes orientam, encaminham, oferecem opções e mostram caminhos para os alunos seguirem e incentivam os educandos a fazerem a autoavaliação a qual permite a formação da autocrítica e autoimagem. Observa-se que na prática da avaliação formativa existe um diálogo contínuo entre os envolvidos, assim o professor deixa claro os objetivos e o que o aluno precisa dar conta. Nesse contexto também podem ser definidos quais os critérios serão utilizados.

De acordo com Villas Boas (2007, p.16), “a avaliação formativa toma como referência o aluno, observando o esforço e a capacidade individual de cada indivíduo

e o envolve no processo tornando-o protagonista no processo de aprendizagem”. Portanto, cabe ao professor buscar estratégias para possibilitar a aprendizagem de todos os indivíduos presentes na sala de aula, a qual é heterogênea e cada aluno irá aprender de diferentes formas.

Assim, o professor é o mediador o qual auxilia os discentes ajudando-os incentivando-os na prática da autoavaliação para que ocorra mudança de postura e atitude e, conseqüentemente, o desenvolvimento da autoconfiança. Percebe-se que na avaliação formativa os discentes participam ativamente do processo e é possível construir uma relação de afeto e trocas positivas entre educadores e educandos. Ao analisar o processo, as fragilidades são identificadas e os trabalhos irão progredir, pois todo o processo será avaliado. Desta forma, Rossit e Storani afirmam que,

Os resultados da avaliação formativa trazem conseqüências muito importantes tanto para o aluno como para o professor. Para o aluno, a avaliação formativa disciplina o ritmo de estudo, desenvolvendo o hábito do estudo constante; o motiva, funcionando como reforço; fornece um perfil de aprendizagem, isto é, o que se aprendeu e o que ainda se precisa aprender; possibilita busca de medidas alternativas para superar as dificuldades encontradas. Para o professor, a avaliação formativa oferece informações que possibilitam a modificação no ensino ou a revisão das informações que oferecem dificuldades aos alunos e possibilita realizar estudos comparativos entre o desempenho dos alunos de duas ou mais turmas de uma mesma série ou de anos ou semestres. (ROSSIT E STORANI, 2010, p. 23)

Ao analisar as afirmações acima consegue-se vislumbrar a importância do trabalho docente no que se refere ao ato de avaliar. Sabe-se que ao longo da jornada escolar os discentes são avaliados, logo a avaliação deixa marcas e estas podem ser positivas ou negativas. Então, a escola e o corpo docente precisam aprender sobre a avaliação formativa. Assim, percebe-se que avaliar de forma ativa é analisar de que forma é possível facilitar o processo de aprendizagem para que os sujeitos aprendam, pois desta forma os docentes poderão criar intervenções pedagógicas adequadas

No entendimento de Luckesi

Os conceitos podem ser aprendidos nos livros e artigos de revistas especializadas, assim como em conferências e debates, a prática terá que ser aprendida no dia a dia da vida escolar, experimentando, investigando, buscando, novas possibilidades, ultrapassando os

impasses e incômodos, sempre assentados sobre conhecimentos significativos e válidos. Certamente que essa aprendizagem não se fará de um dia para o outro ou de um momento para outro. É uma aprendizagem que exige tempo e atenção específicos, na medida em que herdamos e constituímos hábitos que conduzem a uma forma automática de agir. (LUCKESI, 2011a, p. 19)

Por meio do viés apresentado pelo autor compreende-se que o trajeto para colocar em prática a avaliação formativa, entendê-la como um processo gradativo, que ocorre no cotidiano escolar requer esforços contínuos não apenas dos docentes, mas de todos os que atuam na escola, visto que são necessárias alterações específicas. Para haver uma mudança de mentalidade no que significa avaliar é necessário investir na formação continuada, a qual é indispensável para todos os sujeitos pertencentes ao corpo de trabalhadores da escola e deve ser condizente com as novas exigências presentes na sociedade.

Por conseguinte, é preciso um trabalho colaborativo entre gestores, coordenadores pedagógicos, pais, discentes e docentes para que haja o avanço do processo de ensino e aprendizagem. Entra em cena também a necessidade do diálogo permanente, o trabalho em equipe, as relações interpessoais e a escuta sensível, assim será possível proporcionar momentos de aprendizagens para todos, e tais conhecimentos serão utilizados não apenas na escola, mas ao longo da vida.

Portanto, é indispensável buscar aprimorar as práticas avaliativas dos docentes para desconstrução/reconstrução de saberes, incentivar a utilização de diversos instrumentos avaliativos com o apoio da coordenação pedagógica, para direcionar os discentes rumo à aprendizagem. Isso posto, Freire (2014, p.40) afirma, que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”, segundo o autor, ao pensar na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

Logo, na avaliação formativa o docente deverá analisar sempre o que o aluno já sabe e o que ele precisa aprender, e a partir dos resultados obtidos buscar estratégias para desenvolver as atividades. Assim, é imprescindível apresentar critérios os quais poderão ser construídos com os discentes possibilitando a participação destes no ato de avaliar, dar feedback e estimular o hábito da autoavaliação.

Em suma Villas Boas, concebe a Avaliação formativa como aquela

[...] que promove o desenvolvimento não só do aluno, mas, também, do professor e da escola. Admitindo-se que a escola realiza trabalho pedagógico e não simplesmente processo ensino-aprendizagem, em que apenas o professor ensina e apenas o aluno aprende, torna-se fácil compreender a necessidade de ampliação do conceito de avaliação formativa, estendendo-a a todos os sujeitos envolvidos e a todas as dimensões do trabalho. Segundo essa perspectiva, abandona-se a avaliação unilateral (pela qual somente o aluno é avaliado e apenas pelo professor), classificatória, punitiva e excludente, porque a avaliação pretendida compromete-se com aprendizagem e o sucesso de todos os alunos. Para que isso aconteça, é necessário que todos os educadores que atuam na escola se desenvolvam profissionalmente. O sucesso do seu trabalho conduz ao sucesso do aluno. Toda a escola participa desse ambiente de aprendizagem e desenvolvimento. Portanto, todas as dimensões do trabalho escolar são avaliadas, para que se identifiquem os aspectos que necessitam de melhoria. (VILLAS BOAS 2007, p.18)

Logo, percebe-se a importância dos estudos, discussões e pesquisas sobre a avaliação para aprendizagem, pois compreende-se que não é responsabilidade apenas do docente avaliar e não é culpa somente do educando se ele não aprende.

Então é necessário articular ações conjuntas entre Ministério da educação, secretarias, escolas, docentes e famílias para que haja mudanças nas concepções de avaliação ainda vista como um fim em si mesma e que serve para aprovar ou reprovar. Se a Avaliação é processual, requer acompanhamento e é um meio para que a aprendizagem ocorra, precisa-se criar uma cultura avaliativa na escola, baseada na parceria, no respeito mútuo, na responsabilidade e ética.

2.3 AVALIAÇÃO SOMATIVA

Referente à modalidade de avaliação somativa Villas Boas (2007, p.17), pontua que ela difere da formativa, pois possui propósito diferente. A avaliação somativa é utilizada como forma de registrar o que o discente aprendeu e o que ele não aprendeu ainda, classifica os resultados das aprendizagens, é aplicada geralmente no final da unidade, semestre ou ano letivo com a função de analisar se o objetivo foi alcançado ou não, aprova ou reprova, e deve ser atribuída alguma nota como forma de dar respostas à sociedade e aos estabelecimentos de ensino.

Isso posto, ao final de determinado período os discentes serão classificados como capazes ou não de ser promovidos, todavia, é indispensável pensar: será que é possível identificar a aprendizagem dos alunos por meio de notas ou conceitos?

Nesse sentido Villas Boas define avaliação formativa como

Processo pelo qual são analisadas continuamente todas as atividades em desenvolvimento e as desenvolvidas pelos estudantes, para que eles e os professores identifiquem o que já foi aprendido e o que falta ser aprendido, a fim de que se providenciem os meios para que avancem sem interrupções e sem percalços. Essa análise permite a organização/reorganização do trabalho pedagógico com vistas ao alcance das aprendizagens por todos. (VILLAS BOAS, 2017, p.157)

Dessa forma, o docente precisa alinhar a avaliação diagnóstica e a formativa para conseguir compreender não só o contexto e a desenvoltura dos educandos, mas também se os objetivos, metodologias e prática estão contribuindo para aprendizagem dos sujeitos, desta forma o educador reflete, analisa e ressignifica a práxis sempre com a pretensão de melhorar e ajustar o que for necessário. Destarte, todas as atividades são avaliadas, dessa forma docentes e discentes atuam ativamente no processo.

Por conseguinte, concebe-se a necessidade de desconstruir o pensamento arraigado no tecido social acerca do significado de aprendizagem e de avaliação como forma de medir. Primeiramente, a escola precisa difundir o verdadeiro sentido da aprendizagem. O que é aprendizagem? O que é avaliar? Por que se avalia na escola? E qual o sentido do ato de avaliar?

Sendo assim, o gestor precisa entender o funcionamento da escola, como os alunos estão sendo acolhidos, pois ele é mais um educador e é imprescindível que ele trabalhe sempre procurando meios para construir junto com o professor caminhos para melhorar as ações da escola. A gestão democrática é uma forma de trabalhar de maneira colaborativa para construção de uma educação de qualidade e a formação integral dos sujeitos, pois avaliação e aprendizagem são indissociáveis e para avaliar é indispensável conhecer.

De acordo com Villas Boas (2019, p.14), “a sociedade sempre se preocupou com a promoção do estudante de um ano para outro, sem levar em conta o que foi aprendido e o que não foi”. Sendo assim, é preciso ressignificar o ato de avaliar por

meio de ações conjuntas entre os docentes e a equipe pedagógica. Para a autora a avaliação é formativa quando não se contenta com resultados e está sempre em busca da melhoria das aprendizagens.

Dessa forma, Brasileiro e Souto (2018, p.4) afirmam “no caso da avaliação somativa, essa verifica o nível de aprendizagem discente, por meio da atribuição de notas, permitindo uma classificação ao final do curso”. Essa concepção de avaliação não deve ser descartada ou vista como ineficaz, todavia é essencial identificar qual a finalidade e objetivo a ser alcançado além de atribuir notas aos estudantes. Assim, posteriormente falaremos sobre o olhar de professores e coordenadores acerca da avaliação da aprendizagem.

OLHARES DE PROFESSORES E COORDENADORES ACERCA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A análise apresenta uma discussão dos resultados da pesquisa de campo sob o olhar do referencial teórico exposto, objetivos e a problematização. Dessa forma, na discussão apresentaremos as informações levantadas mediante o instrumento de coleta de dados, a saber, os questionários (Apêndice A e B) respondidos pelo(a)s professore(a)s e coordenadores(as) que participaram da pesquisa que atuam com o Ensino Fundamental II de uma escola municipal em Simões Filho- BA. Vale dizer que por questões éticas no campo da pesquisa, os professores serão indicados por letras aleatórias do alfabeto a saber J,K,L,M,N,O,P,Q,R e S, enquanto os(as) coordenadores(as) são identificados por A e B.

O questionário foi dividido em duas partes sendo a primeira referente a escolaridade e o tempo de atuação na educação básica e a segunda parte é correlata a avaliação da aprendizagem. Nesse sentido, ao proceder com a pesquisa constatamos que os professores(as) K,M,N,O,P,R e S possuem especialização e os demais J,L e Q possuem graduação. Referente ao tempo de experiência no exercício da profissão, os docentes J e M atuam entre 15 e 20 anos, P atua entre 10 a 15 e os demais entre 5 e 10 anos.

Na segunda parte do questionário correlata aos aspectos pedagógicos foram apresentadas 15 questões de múltipla escolha. A primeira questão buscava entender a concepção de avaliação de cada professor. Nesse sentido observou-se que os docentes J,K,L,N,P,Q R e S entendem a avaliação como processo e tem como objetivo promover a aprendizagem dos alunos. As professoras M e O entendem a avaliação como juízo de valor para verificar os conteúdos abordados. Assim observa-se que mesmo os estudos e discussões sobre avaliação alguns professores ainda entendem que avaliar é atribuir valor, ou seja, dar uma nota após verificar o desempenho do aluno. Por isso, é necessário que a coordenação pedagógica acompanhe o trabalho dos professores sempre promovendo encontros e discussões sobre as práticas desenvolvidas em sala de aula.

Nesse sentido, é necessário pensar um sistema de avaliação mais coerente, com uma perspectiva democrática, por parte dos professores e profissionais da

educação, um comprometimento pedagógico e ético. Assim, para que os docentes mudem a forma de pensar e agir é indispensável um comprometimento de todos os sujeitos envolvidos na ação.

Então, foi questionado sobre o objetivo da avaliação e observou-se que 38,5% entendem que o principal objetivo de avaliar é verificar o que o aluno aprendeu e 61,5% compreendem que se avalia para promover a aprendizagem dos estudantes. A partir das percepções dos interlocutores sobre o objetivo da avaliação percebeu-se que alguns docentes ainda possuem a concepção de avaliação na perspectiva do exame. Nesse sentido Luckesi (2011a, p.18) afirma, “estamos necessitando de aprender a avaliar, pois que, ainda, estamos mais examinando do que avaliando”. Por isso, são necessários estudos e pesquisas sobre a avaliação da aprendizagem e todos os atores escolares precisam aprender sobre avaliação e refletir para desenvolver uma boa prática avaliativa.

Questionou-se ainda: Se algum aluno lhe procurar dizendo que não estava muito bem no dia da avaliação e pedisse mais uma chance você concederia? Diante da questão apresentada, 90% dos participantes responderam que sim, concederiam nova chance ao aluno. Segundo Luckesi (2011, p.383), “ética tem a ver com os valores que direcionam nosso agir na vida pessoal e coletiva. A avaliação da aprendizagem na escola é marcadamente uma atividade que tem seu foco de atuação na relação com o outro”. Assim, os docentes devem agir com a ética profissional e um olhar de afeto para com os educandos, uma vez que é impossível avaliar sem conhecer o contexto.

Em sequência buscamos entender se os alunos deveriam ser avaliados da mesma forma e 70% dos entrevistados disseram que não e 30% concordam que os alunos sejam avaliados da mesma forma. Dessa forma ao entender as práticas avaliativas como um conjunto de ações para acompanhar o processo em que docentes e estudantes participam e envolve ensinar e aprender.

Dessa forma, buscamos compreender o que os professores entendem por instrumentos avaliativos sendo possível marcar mais de uma opção. Ao analisar as respostas percebeu-se que a maior parte dos entrevistados compreendem instrumentos avaliativos como forma de acompanhar a aprendizagem dos estudantes. Os instrumentos avaliativos devem ser utilizados para diagnosticar o que o aluno

aprendeu, o que ainda não aprendeu, visto que a avaliação é um recurso pedagógico imprescindível para que haja melhores resultados no processo de ensinar e aprender.

Durante a realização da pesquisa também foi questionado sobre os instrumentos avaliativos mais utilizados. A pesquisa confirmou a nossa hipótese de que a maior parte dos professores utilizam com mais frequência o instrumento avaliativo prova. Não queremos dizer que a prova deve ser banida ou não deve ser utilizada, mas mostrar que é possível o uso de outros instrumentos avaliativos para avaliar os discentes. Porém não haverá mudanças se mudar apenas o instrumento avaliativo e não haver mudança na concepção de avaliação adotada pela escola e pelos professores.

No entendimento de Méndez (2002, p.98), “mais que o instrumento, importa o tipo de conhecimento que põe à prova, o tipo de perguntas que se formula, o tipo de qualidade (mental ou prática) que se exige e as respostas que se espera obter conforme o conteúdo das perguntas ou problemas que são formulados”.

Assim, ao entender a avaliação como um processo é inconcebível aplicar um único instrumento avaliativo, pois ao diversificar os instrumentos o professor acompanha diferentes competências e habilidades que os estudantes precisam desenvolver ou já desenvolveram.

O intuito dessa questão foi identificar a flexibilidade dos professores quanto à escolha dos instrumentos de avaliação, a participação dos estudantes nesse processo e a possibilidade de utilizar diversos instrumentos. Observamos que os professores(as) J, L, M, N disseram que os estudantes não podem escolher junto com eles quais os instrumentos avaliativos serão empregados e o(as) demais K, O, P, Q, R e S disseram que sim. Diante das respostas apresentadas entendemos que alguns professores ainda preferem ter o controle e decisão de como conduzir o processo avaliativo, por isso é importante a atuação do coordenador pedagógico para fazer intervenções necessárias, já que diversificar os instrumentos avaliativos permite aos estudantes mostrarem as aprendizagens.

os docentes entendem a importância dos critérios avaliativos para que os alunos entendam o que será exigido dele. A pergunta foi: Você costuma construir critérios avaliativos juntamente com os discentes? 50% dos professores responderam

sim e 50% não. Entendemos que a avaliação bem como os critérios não pode ser feita de forma arbitrária em que os alunos não podem opinar, logo é preciso trabalhar de forma dialógica e democrática em todos os segmentos.

Ao compreender que o feedback permite ao aluno entender o que precisa ser melhorado buscou-se averiguar se os professores costumam dar feedback aos alunos. Todos os educadores afirmaram que sim.

Em sequência questionou-se como os docentes entendem o momento de avaliar. Quando você avalia os discentes? 60% dos professores avaliam os estudantes semanalmente e 40% mensalmente. Nesse sentido, observa-se a ocorrência do exame o qual é pontual.

Os educadores também são sujeitos do processo no sentido de que eles também precisam ser avaliados, já que é preciso refletir sobre a própria prática. Então temos a seguinte questão: Em sua opinião quais integrantes da escola devem ser avaliados? Identificamos que 50% dos docentes acreditam que somente os estudantes devem ser avaliados e 50% acredita que todos os integrantes do espaço escolar devem ser avaliados. Nesse sentido, Esteban (2003,p.35) pondera que “a avaliação pretende promover uma reflexão que participe da experiência de ensinar com e aprender com, tecida coletivamente na sala de aula, na sala de professores, no pátio, no refeitório, nos corredores e no portão[...]”.Assim, compreendemos a importância de todos os integrantes do corpo escolar serem avaliados.

Questionou-se também se os docentes concordam que a prova seja o instrumento avaliativo mais utilizado e 70% deles responderam que sim, e 30 % disseram que não. Nesse sentido, é preciso buscar identificar por qual razão os docentes preferem utilizar a prova como o principal instrumento avaliativo, essa é uma das razões para que pesquisas envolvendo a avaliação da aprendizagem sejam desenvolvidas.

Buscou-se identificar se os professores receberam apoio da prefeitura ou secretaria de educação no que se refere aos equipamentos eletrônicos para realização das aulas remotas. Quem financiou os equipamentos eletrônicos para a realização das aulas on-line? Todos os professores responderam que eles utilizaram recursos próprios para realizar as aulas. Em sequência questionou-se em qual

momento a escola realiza o conselho de classe. 100% dos professores relataram que o conselho é realizado no final do ano.

Quanto a questão dos recursos utilizados para a comunicação entre a escola e os estudantes perguntamos qual foi o principal meio de comunicação utilizado pelos docentes para se comunicar com os alunos durante o ensino remoto. 100% dos educadores informaram que fizeram uso do whatsapp. Observa-se que mesmo diante das dificuldades que surgiram durante a pandemia a escola e os docentes buscaram maneiras de continuar as aulas remotas ou adequá-las a realidade dos estudantes.

Destarte, ao observar as respostas dos docentes acerca da avaliação percebe-se que alguns deles avaliam na perspectiva do exame, o qual é estático e pontual e o tema avaliação da aprendizagem ainda precisa ser estudado, debatido e pesquisado. Por isso, é indispensável pesquisar e estudar sobre a avaliação da aprendizagem, com vistas a melhorar as práticas avaliativas.

Com o intuito de compreender de que forma o coordenador pedagógico pode contribuir para a melhoria das práticas avaliativas entre os docentes elaboramos e aplicamos questionários aos docentes e coordenadores pedagógicos. O questionário foi dividido em duas partes sendo a primeira referente a dados acerca da escolaridade e o tempo de atuação na área e a segunda parte é correlata a avaliação da aprendizagem. Assim, abordamos o trabalho da coordenação pedagógica juntamente com os professores, pois trabalhando em conjunto acreditamos que há melhoria no processo de ensino e aprendizagem.

No que se refere à formação acadêmica as coordenadoras possuem especialização em coordenação e supervisão pedagógica e atuam na área entre 5 e 10 anos. Na concepção das coordenadoras A e B a avaliação é um processo que tem como objetivo promover a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, percebemos que ambas entendem a avaliação como um processo e podem ajudar os docentes a refletirem sobre o tema. Em sequência buscamos compreender o que as coordenadoras pensam sobre o objetivo da avaliação e tanto a coordenadora A quanto a B concebem que o objetivo é promover a aprendizagem dos estudantes. Logo, acreditamos que é possível a coordenação desenvolver ações coletivas junto com os demais integrantes do ambiente escolar para a aprendizagem dos sujeitos.

Buscamos saber do(as) interlocutoras qual é o papel do (a) coordenador (a) pedagógicos(a) no espaço escolar? E as participantes responderam que o coordenador pode colaborar com o planejamento dos docentes, acompanhar a aprendizagem dos estudantes, aproximando escola e família. Nesse sentido, Vasconcellos (2002, p.89) pontua que “o coordenador deve estabelecer uma dinâmica de interação que facilite o avanço e acolher o professor em sua realidade e angústias; dar colo reconhecimento das necessidades e dificuldades”.

Também buscamos compreender qual a maior dificuldade do(as) coordenadores pedagógicos no ambiente escolar. Segundo as participantes A e B, a maior dificuldade é não ter definição clara das funções que serão desempenhadas pelo coordenador pedagógico. Infelizmente essa é uma questão que afeta os coordenadores em muitas escolas brasileiras onde ocorre desvio da função da coordenação.

Outra questão que levantamos visava saber como é a relação do(as) coordenadores com os professores e gestores da escola. As duas coordenadoras afirmaram que é uma boa relação, visto que para o bom andamento das atividades é preciso desenvolver e cultivar as relações interpessoais no ambiente de trabalho. Assim, Vasconcellos (2002, p. 89) mostra que “o coordenador em função do espaço em que atua, tem tanto a interface com o chão da sala de aula (contato com professores e alunos), quanto com a administração, podendo ajudá-los a se aproximar”. Logo percebe-se a importância do coordenador no ambiente escolar.

Buscamos saber do(as) coordenadores se a escola trabalha com a gestão democrática. As participantes disseram que a escola adota o princípio da gestão democrática e busca incluir todos os atores escolares, bem como a comunidade. No que se refere a gestão democrática a Lei de Diretrizes e Bases em seu artigo 14 pontua que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades. Nesse sentido, observa-se que o coordenador pode mediar tal processo.

Averiguamos ainda se as coordenadoras acompanham o planejamento dos professores e qual a frequência. A resposta das participantes demonstrou que ambas acompanham o planejamento dos professores, quinzenalmente. Tal ação vai ao encontro do que afirma Villas Boas

A existência de uma estrutura de coordenação pedagógica concebida como trabalho pedagógico coletivo, mesmo sendo diferenciada em cada sistema escolar, fomenta a interação entre os pares, possibilitando à equipe de direção, em conjunto com os coordenadores e orientadores educacionais o planejamento coletivo e o acompanhamento do trabalho pedagógico dos professores. Esse planejamento é fundamental para que todos se organizem tanto no desenvolvimento das atividades individuais, quanto na participação das atividades coletivas. (VILLAS BOAS, 2017, p.75)

Portanto, observa-se que trabalhar em sincronia e coletivamente na construção do planejamento não é algo fácil, porém produz excelentes resultados.

Procuramos saber do(as) coordenadoras se o resultado das avaliações são usados como parâmetros para intervenções ou melhorias futuras. Segundo as coordenadoras, os resultados das avaliações são discutidos. Desse modo, é possível discutir e refletir durante as reuniões pedagógicas, sempre buscando meios para tentar melhorar o que não está funcionando bem e procurar caminhos para atingir o objetivo pretendido.

Com o intuito de compreender sobre os aspectos avaliativos neste item questionamos você auxilia e contribui com os professores no desenvolvimento das atividades avaliativas? As participantes confirmaram que sim, auxiliam os docentes no desenvolvimento de práticas avaliativas. Diante da questão abordada, não significa que o coordenador irá impor ao docente de que forma serão desenvolvidas as atividades, todavia ele pode auxiliá-los. Nesse sentido, Villas Boas (2017, p.76) afirma que “o papel do coordenador da educação é o de articular dimensões da gestão, buscando a inovação por meio de ações instituintes, com ênfase na organização do trabalho pedagógico coletivo, nos processos de ensino, aprendizagem e avaliação”.

Buscamos saber se a escola dispõe de um colegiado escolar ou conselho escolar com função e atribuições bem definidas? Se o colegiado discute o administrativo e o pedagógico? As coordenadoras responderam que sim em ambas as questões, assim percebe-se que a escola busca incluir todas as categorias na tomada de decisões por meio da gestão democrática.

Procuramos identificar se a escola possui projeto político-pedagógico e se a instituição faz uso concreto do documento. As participantes informaram que sim, logo observamos que a escola procura atender os requisitos propostos pelos documentos legais. Na questão seguinte tentamos averiguar se o diretor e os professores tomam

decisões conjuntas relativas ao horário escolar, aos livros didáticos e demais recursos utilizados? E mais uma vez as participantes da pesquisa forneceram resposta positiva. Nesse sentido, Villas Boas pondera

[...] a coordenação pedagógica, como espaço e tempo primordial de articulação do trabalho pedagógico coletivo, ou seja, de formação continuada, de reflexão sobre as práticas pedagógicas e práticas avaliativas e de elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico e outros requer o envolvimento de todos os responsáveis pela escola. (VILLAS BOAS, 2017, p.78-79)

Diante das observações expostas percebemos como a coordenação pedagógica pode trabalhar de forma articulada com os demais segmentos do ambiente escolar.

Buscamos saber das coordenadoras qual foi o maior desafio encontrado pelas coordenadoras para desenvolver os trabalhos durante o ensino remoto. Ao responder as questões, as participantes responderam que a principal dificuldade foi incluir os alunos que não possuíam recursos financeiros e tecnológicos para que eles não fossem prejudicados. Segundo as coordenadoras, durante a pandemia a escola adotou o whatsapp como principal meio de comunicação, porém muitos estudantes não possuem recursos tecnológicos. Então, a instituição optou por atividades impressas as quais os estudantes juntamente com os responsáveis retiram na escola. Assim, ao final de cada unidade é feito um caderno chamado de avaliativo baseado nos assuntos que foram discutidos durante a unidade e é atribuída uma nota.

Assim, ao observar as respostas dos professores(as) e coordenador(as) pedagógico(as) acerca da avaliação da aprendizagem percebemos que é indispensável a articulação entre a coordenação pedagógica e o trabalho docente para o bom desenvolvimento das atividades escolares uma vez que o coordenador pedagógico possibilita reflexões, discussões e possíveis mudanças de concepção sobre avaliação da aprendizagem.

Nas respostas dos docentes notamos que alguns afirmaram que somente os estudantes devem ser avaliados e praticam a avaliação na perspectiva do exame e nós sabemos que a avaliação é um processo o qual tem por finalidade indicar caminhos que podem ser seguidos para alcançar o objetivo almejado que é o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

No entendimento de Silva e Fernandes (2017, p.76) “o papel do coordenador pedagógico da educação básica é articular a dimensão da gestão, buscar inovação por meio de ações instituintes, com ênfase na organização do trabalho pedagógico coletivo, nos processos de ensino, aprendizagem e avaliação”. Nesse sentido, o coordenador cria condições favoráveis à constituição do trabalho pedagógico propiciando o desenvolvimento de projetos no ambiente escolar. As autoras ponderam também que a “coordenação pedagógica é um espaço primordial de formação, em que os professores são atores ativos no processo formativo e fortalece a articulação entre teoria e prática”.

Assim, entendemos a avaliação como uma parte importante do processo de ensino e aprendizagem, pois permite que o docente acompanhe a construção do conhecimento do educando e registre informações e resultados que possibilitam um trabalho mais efetivo. Porém é necessário sempre refletir sobre as ações que serão direcionadas para melhorar as ações futuras.

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SEU PAPEL MEDIADOR NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No entendimento de Vasconcellos (2002), é preciso definir e compreender qual a diferença entre a supervisão e a coordenação pedagógica e nesse sentido o autor pontua

A supervisão não é (ou não deveria ser): fiscal de professor, não é dedo-duro (que entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é pombo correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção), não é coringa/tarefeiro/quebra galho/salva vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc), não é tapa buraco (que fica “toureando” os alunos em sala de aula no caso de falta de professor), não é burocrata (que fica às voltas com relatórios e mais relatórios, gráficos, estatísticas sem sentido, mandando um monte de papéis para os professores preencherem – escola de “papel”), não é gabinete (que está longe da prática e dos desafios efetivos dos educadores), não é dicário (que tem dicas e soluções para todos os problemas, uma espécie de fonte inesgotável de técnicas, receitas), não é generalista (que entende quase nada de quase tudo). (VASCONCELLOS, 2002, p.86-87)

Ao observar a análise do autor, entende-se que o supervisor desempenha uma função de controle e tal ação gerava inúmeros conflitos dentro do ambiente escolar entre os supervisores e docentes.

Diante de novas exigências relacionadas aos aspectos econômicos e sociais vividos pela sociedade brasileira em meados dos anos 80 alguns estados passaram a substituir o vocábulo supervisor pelo coordenador pedagógico. Conforme Vasconcellos (2002), a coordenação pedagógica,

[...] é a articuladora do Projeto Político Pedagógico da instituição no campo pedagógico, organizando a reflexão, a participação, e os meios para a concretização dos mesmos, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos, partindo do pressuposto de que todos têm direito e são capazes de aprender. (VASCONCELLOS 2002, p.87)

Na década de 80 com a possibilidade gestão escolar democrática a coordenação pedagógica se fortalece. Define-se coordenador pedagógico como

O responsável nas unidades escolares, pelas ações de articulação coletiva do projeto político-pedagógico, pelo acompanhamento e orientação do trabalho docente, pela organização de reuniões pedagógicas e pelas atividades de formação continuada. No trabalho cotidiano, deve criar oportunidades para a participação e discussão dos problemas concretos vividos pela escola, buscando coletivamente saídas para enfrentar os obstáculos presentes no processo de ensino/aprendizagem. (COORDENADOR PEDAGÓGICO,2021)

Diante das análises expostas entende-se que o coordenador pedagógico é o mediador que articula a construção coletiva do projeto político-pedagógico e junto com os docentes busca melhoria das práticas educativas, incentiva o processo de crescimento intelectual, afetivo e ético entre docentes e estudantes. Podemos citar ainda, que a coordenação pedagógica faz parte da gestão educacional e tem o papel de mediar e articular projetos coletivos na escola.

Nesse sentido, entende-se que as práticas avaliativas precisam ser pensadas e discutidas para que sejam adequadas à realidade da escola e dos alunos, uma vez que o objetivo maior é a aprendizagem. Ao observar as transformações existentes ao longo da história percebe-se que atualmente com os avanços tecnológicos e a grande quantidade de informações disponíveis a sociedade muda com muita rapidez e conseqüentemente essas mudanças irão influenciar a configuração e o desenvolvimento do ambiente escolar e a função do coordenador pedagógico como já foi citado anteriormente. Assim, o novo perfil de coordenador necessário atualmente possui inúmeras dificuldades e obstáculos a serem ultrapassados. Segundo a LDB, em seu artigo 64,

A formação de profissionais da educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

De acordo com a LDB lei 9394/96, para atuar na coordenação o sujeito deve ter graduação em Pedagogia ou Pós-graduação na área. É necessário ainda autonomia para conduzir as atividades escolares por meio da gestão participativa e democrática. Todavia, desenvolver uma boa relação com todos os colaboradores da escola e a família dos discentes é um grande desafio para o coordenador pedagógico. O trabalho feito na escola não é individual, ele é coletivo, logo é necessária uma

articulação harmônica entre a direção, o coordenador, professores, os alunos e a família.

Como é possível haver um consenso entre todos para o avanço do processo de ensino e aprendizagem dos alunos? E se não houver acordo? Primeiramente deve haver o diálogo para que todos os envolvidos exponham as suas ideias e pontuem a concepção de educação, currículo, proposta pedagógica, política e as teorias que embasam a prática de cada docente e da escola, visto que a educação não é neutra e sim um ato político. É preciso lembrar também que todos os colaboradores são sujeitos históricos e que trazem consigo visões de mundo determinadas pelas condições materiais.

Diante das reflexões apresentadas nota-se que além de dominar os conteúdos relacionados a sua área de atuação o coordenador pedagógico precisa desenvolver habilidades relacionadas a relações interpessoais para estabelecer vínculos com os demais atores escolares. Nesse sentido, é indispensável a busca constante por novos saberes para que o objetivo maior seja alcançado, qual seja, a aprendizagem e o desenvolvimento global dos estudantes.

Para que ocorra um trabalho bem feito na escola é necessário a colaboração de todos, e o coordenador pedagógico é o profissional capaz de dar um suporte tanto ao professor quanto ao aluno na busca por aprendizagem efetiva. Segundo Villas Boas (2017, p.23), “é preciso, pois, que o coletivo dos professores reflita sobre a necessidade de se criarem novas bases para organização do trabalho pedagógico, o que poderá possibilitar o surgimento de novas formas de trabalhar em sala de aula.”.

Ao observar que o coordenador pedagógico está no centro do processo, mediando os trabalhos que ocorrem na escola e colaborando com todo corpo escolar e a família é necessário que coordenação e direção trabalhem em comum acordo, discutam as ideias e desenvolvam uma relação de confiança. Para desenvolver uma boa relação é necessário empatia e diálogo entre ambos, uma escuta ativa e respeito às opiniões contrárias. A avaliação auxilia muito nesse processo de busca por melhoria contínua, e a exposição dos problemas os quais estão ocorrendo, logo é importante registrar os fatos envolvendo discordâncias e desavenças, casos

complicados, pois servem como provas quando se lida com pessoas com sérios problemas de comportamento.

Dessa forma, é imprescindível partilhar as dificuldades com a direção da escola por meio de reuniões periódicas, trocar experiências, compartilhar as angústias, dificuldades para solucionar os conflitos, bem como todas as demandas as quais não são possíveis de resolver de forma isolada. Sabe-se que o coordenador pedagógico é o elo entre a direção e os docentes, logo é preciso definir quais são as atribuições de cada um e como o coordenador pode ajudar os professores na organização didática, definição dos instrumentos avaliativos e outras dúvidas ou dificuldades que forem surgindo ao longo do andamento das atividades.

Portanto, observa-se a importância do coordenador pedagógico como profissional que trabalha de forma conjunta com os docentes no sentido de auxiliá-los em suas dificuldades com vista a solucionar os conflitos e demandas as quais irão surgir na escola. Assim, Vasconcellos (2002, p.88), afirma que “o coordenador pedagógico atua como mediador para permitir a articulação entre a pedagogia da sala de aula e a pedagogia institucional, pois o objetivo é: a formação humana de todos os sujeitos do processo”. No entendimento do autor, o professor conduz a rotina, as tarefas e o ensino na sala de aula, e o coordenador colabora com os docentes para que eles tenham uma relação dialógica, com qualidade e diferenciada com os estudantes. Assim, percebe-se a importância da articulação entre as diversas áreas no ambiente escolar, pois para que os objetivos sejam atingidos é necessário a colaboração de todos.

Nessa perspectiva Souza (2016, p 288.) firma que “a gestão escolar é um ato eminentemente político, pois envolve questões de poder, convivência entre os sujeitos, a negociação de interesses e a mediação de conflitos. Logo, as ações que se desenvolvem na escola são resultado do trabalho em equipe realizado por profusos sujeitos. Sabe-se que a coordenação pedagógica faz parte da gestão, assim é preciso discutir e implementar práticas avaliativas formativas.

Segundo Vasconcellos (2002, p.90), “é possível afirmar que a especificidade da atuação da coordenação pedagógica são os processos de aprendizagem onde quer que ocorram”. Nesse sentido, acreditamos que o coordenador pedagógico pode

contribuir com os docentes na busca por melhoria na avaliação da aprendizagem, bem como na ampliação da escolha dos instrumentos avaliativos. Entende-se por instrumentos de avaliação os recursos ou meios utilizados para coleta de análise de dados no processo de ensino e aprendizagem com o intuito de promover a aprendizagem dos estudantes.

Portanto, no que respeita à avaliação da aprendizagem é notório que é um tema complexo e que precisa ser discutido não apenas no momento da construção do projeto político-pedagógico, mas também nos conselhos e na reunião de pais. Avaliar faz parte do processo de aprendizagem, assim para que aconteçam práticas avaliativas mais conscientes e democráticas são necessárias algumas transformações. Dessa forma Fernandes e Fernandes pontuam

[...] a existência por si só do espaço e do tempo de coordenação pedagógica não garante do coletivo de professores e a colaboração entre pares vistas à organização do trabalho pedagógico. Essa possibilidade se concretiza por meio de propostas e objetivos comuns ao grupo, com a elaboração, a implementação e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola, de forma participativa, pela responsabilização de todos na construção do trabalho coletivo e solidário. (SILVA e FERNANDES 2017, p.73)

Nesse sentido, cabe ao coordenador pedagógico fazer algumas intervenções e trabalhar com os professores conceitos, finalidades e características da avaliação, pois dessa forma os conhecimentos servirão de reflexão e os docentes poderão considerar as experiências dos educandos, refletirão sobre a própria práxis e buscarão maneiras de aprimorá-las. O professor não pode exigir mais do que o discente pode desempenhar. É papel do educador estimular, problematizar, mediar, mas não exigir, todavia, uma postura diferenciada está relacionada ao conhecimento que se adquire durante a jornada de busca por novos saberes.

Para o desenvolvimento de práticas avaliativas formativas é preciso estabelecer quais critérios serão utilizados. O educador pode construir esses critérios com os estudantes, pois dessa forma estes terão autonomia e serão participantes ativos no processo avaliativo. Os docentes não são os únicos detentores do conhecimento, pois os estudantes possuem educação e conhecimento de mundo os

quais são adquiridos fora do ambiente escolar e esses saberes devem ser considerados durante a realização das aulas. Assim, é necessário desenvolver uma prática educativa dialógica em que professores e alunos aprendem juntos e a avaliação permite identificar o que precisa ser melhorado.

Ainda de acordo com Villas Boas (2017, p.22), “a escola precisa ser um ambiente de reflexão com encontros e reuniões para acompanhamento, avaliação e reformulação do trabalho pedagógico sempre em busca de aprimoramento”. A autora pontua ainda a necessidade do estudo de teorias orientadoras acompanhadas de uma gestão democrática e comunicação horizontal entre todos os envolvidos para que a dinâmica do espaço escolar seja transformada gradativamente.

Nessa perspectiva, observa-se a importância da colaboração entre todos os que atuam na escola e sabemos que não é uma tarefa fácil organizar as atividades e incentivar os colaboradores a aceitarem opiniões muitas vezes contrárias a que cada um defende e acredita, desenvolver ofícios e projetos os quais alguns não concordam e solucionar os conflitos existentes. Portanto, é necessário que o coordenador busque ferramentas para auxiliá-los na concretização do objetivo, qual seja, a aprendizagem e a formação de sujeitos críticos e atuantes na sociedade.

Nesse sentido Freitas e Fernandes (2007) afirmam que

Se a escola é o lugar da construção da autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos, sejam eles das aprendizagens, da dinâmica escolar ou da própria instituição, não deve ficar sob a responsabilidade apenas de um ou de outro profissional, é uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um, em particular.
(FREITAS E FERNANDES, 2007,p.17)

Então faz-se necessário a atuação do coordenador pedagógico o qual irá oferecer suporte técnico e teórico para que os docentes tenham acesso a conteúdo significativos e a partir dos saberes aprendidos busquem melhorar as práticas avaliativas adequando-as ao projeto político-pedagógico da escola e aos documentos legais, assim, é necessário pesquisas constantes.

De acordo com Silva e Fernandes

o espaço e o tempo de coordenação pedagógica permitem possibilidades ímpares de organização do trabalho pedagógico

coletivo com vistas à educação como compromisso de todos os envolvidos, com foco no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. É uma via de mão única, em que caminham lado a lado o espaço e o tempo de coordenação e a organização do trabalho coletivo, fomentadores da cultura de colaboração em que os profissionais da escola têm autoridade para decidir inclusive sua forma de organização, sem perder de vista a qualidade social da educação que assegura as aprendizagens de todos os estudantes. (SILVA e FERNANDES,2017, p.74)

Dessa forma, é necessário incentivar a colaboração, permitir que os profissionais trabalhem dentro das suas singularidades, mas também de forma coletiva para contribuir com a organização dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos. É preciso desenvolver também as reuniões pedagógicas e administrativas com regularidade com o intuito de criar uma rede de apoio e colaboração de forma democrática, assim todos serão participantes dos avanços almejados pela escola.

No entendimento de Vasconcellos (2002),

[...] é fundamental a participação do professor no processo de mudança na condição de sujeito e não de objeto. É preciso lembrar que quem vai estar em sala de aula no cotidiano é o professor, e se não tiver minimamente convencido, o trabalho fica só de superfície. (VASCONCELOS,2002, p.104).

Desse modo, percebe-se a relevância das discussões e consenso sobre o conceito de avaliação da aprendizagem adotado pela escola, por que avaliar e qual a finalidade de avaliar, uma vez que não fará sentido o docente ter conhecimento, mas não colocá-los em prática no cotidiano. Por isso, é necessário dar passos concretos os quais serão alcançados por meio das reflexões e estudos desenvolvidos no próprio ambiente escolar. Sabe-se que mudar o paradigma de avaliar na perspectiva do exame levará um tempo, pois uma série de fatores dificulta o processo. Entretanto, é preciso continuar tentando, discutindo e caminhando para chegar ao ponto de trabalhar com práticas avaliativas formativas, autoavaliação, instrumentos de avaliação diversos e feedback aos alunos.

Segundo Silva e Fernandes

[...] os docentes são influenciados pelos valores, concepções, saberes e fazeres uns dos outros. O espaço e o tempo de coordenação pedagógica constituem uma possibilidade ímpar de organização do trabalho pedagógico coletivo, visando à educação como compromisso de todos os envolvidos, com foco no ensino e aprendizagem dos estudantes. (SILVA e FERNANDES, 2017, p.74).

Sob esse prisma, depreende-se que existe a individualidade de cada docente, mas os trabalhos desenvolvidos influenciam o fazer pedagógico coletivo. Nesse sentido, a coordenadora pedagógica atua de forma a contribuir com os professores na construção de sentido dos trabalhos feitos, e auxilia os estudantes a atribuir sentido ao conteúdo estudado e a aprendizagem. Assim, professores, estudantes e a comunidade perceberão a importância da educação como instrumento de transformação.

Desta forma, é possível a criação de um ambiente favorável à aprendizagem e crescimento dos educandos, desde que todos os participantes contribuam individualmente para o desenvolvimento do trabalho coletivo com comprometimento e tendo bem definido que tipo de cidadão a escola quer formar. Por isso, é importante que a escola tenha parceria com universidades e grupos de estudos e pesquisas para discutir e desconstruir conhecimentos e práticas arcaicas para que sejam construídos novos saberes e que estes sejam aplicados cotidianamente sempre em busca de melhorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender a Avaliação da Aprendizagem sob o olhar de docentes e coordenadoras pedagógicas de uma escola municipal de Simões Filho/BA.

Ao analisar as questões obtidas nas respostas dos questionários dos coordenadores(as) e principalmente dos(as) professores(as) observamos que ainda ocorrem alguns equívocos quanto a questão da avaliação da aprendizagem e do uso dos instrumentos de avaliação. Nessa perspectiva identificamos que muitos docentes ainda acreditam que apenas os estudantes devem ser avaliados e utilizam mais a prova objetiva e dissertativa como instrumento de avaliação, não queremos dizer que a prova não deve ser utilizada, mas sabemos que ao utilizar diversos instrumentos avaliativos os professores possibilitam os estudantes desenvolver diversas habilidades. Assim, observamos que é imprescindível a atuação da coordenação pedagógica no sentido de auxiliar, incentivar e possibilitar aos docentes reflexões sobre a utilização de instrumentos de avaliação diversificados.

Podemos afirmar que por meio do processo reflexivo e crítico o educador pode aprimorar sua prática no ambiente escolar. Além disso, percebe-se a necessidade de inserir os discentes nas tomadas de decisões referentes à avaliação e a autoavaliação para que eles possam aprender a ser cidadãos ativos e críticos atuantes na sociedade.

Analizamos também a importância da mediação do coordenador pedagógico junto às práticas avaliativas utilizadas pelos docentes para com os discentes para que haja diálogo e consenso sempre com o intuito de promover a aprendizagem dos estudantes. Muitas vezes o educador por causa da posição e cargo que ocupa, por meio de relações verticais utiliza a avaliação para punir os discentes e o coordenador tem o papel fundamental de intervir de maneira efetiva para que os professores desconstruam essa cultura de opressão e exclusão.

As relações interpessoais são de grande valia para que haja uma boa relação entre a direção, coordenação, professores, estudantes, família e demais funcionários. Os problemas e desentendimentos devem ser expostos para haver uma solução adequada sem privilegiar um em detrimento do outro. Portanto para haver mudança geral no contexto organizacional da escola é essencial o comprometimento e a ação

conjunta de todos. Será um trabalho árduo, entretanto o resultado poderá ser satisfatório.

Como citado, anteriormente, as avaliações deixam marcas as quais podem ser positivas ou negativas e farão parte de toda trajetória dos sujeitos, logo se existe tanta discussão e trabalhos relacionados a temática já está na hora da escola buscar melhorar suas práticas avaliativas, pois assim haverá a melhoria das aprendizagens e uma formação cidadã, ou a escola continuará excluindo os sujeitos se não superar a utilização de práticas examinatórias.

Portanto, compreendemos que todos os sujeitos aprendem, todavia cada um a seu tempo e cabe a escola estar atenta para buscar solucionar as demandas que surgem e não focar nos conteúdos que o discente não aprendeu ainda. Assim, é necessário apresentar propostas e objetivos comuns ao grupo, com elaboração, implementação e a avaliação do projeto político-pedagógico de maneira participativa com responsabilização de todos na construção do trabalho coletivo e solidário no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ MÉNDEZ, Juan Manuel . **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 15 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 14.040 de 18 de agosto de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167131-pcp019-20/file>. Acesso em :20 de outubro de 2021

BRASILEIRO, A. M. M.; SOUTO, S. R. de A. Avaliação no Ensino Superior: um Estudo Exploratório Sobre as Percepções e Emoções dos Alunos. 8f. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas** – Universidade de Pitágoras, MG. 2018. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/ensino/article/view/4948>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

COORDENADOR PEDAGÓGICO. IN: <https://gestrado.net.br/verbetes/coordenador-pedag-gico>. Acesso em:10 de dezembro de 2021.

ESTEBAN, Maria Teresa (Org). **Escola, currículo e avaliação** – São Paulo: Cortez, 2003.

FERNANDES, Claudia et al. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. 11 ed. Porto Alegre,2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** .49ª ed- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação Educacional; caminhando pela contramão**. 2ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes,2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**.11º ed. Campinas,2012.

FREITAS, Luiz Carlos de; FERNANDES, Claudia Oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: MEC/SEB, 2007.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano, 2002. (Pesquisa em Educação, v. 1).

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6ª ed. São Paulo, Ática: 1997

- HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2011.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade**. 33ª Edição, Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista**. 41ª.ed., Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos .**Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011a.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011b.
- ROCHA, Telma Brito. O Plano de Aula para Educação On-line na Pandemia de Covid-19. **EaD em Foco**, v. 11, n. 2, e1460, 2021. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1460>. Acesso: 26 nov. 2021.
- ROSSIT, Rosana Ap. Salvador; Storani, Karin. **Avaliação nos processos Educacionais**. São Paulo: Editora Unifesp, 2010
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Portugal. Edições Almedina S.A, abril 2020
- SANTOS, Edméa Oliveira. **Portfólio e cartografia cognitiva: dispositivos e interfaces para a prática da avaliação formativa em educação online**. In: SANTOS, Edméa; SILVA, Marco (Org.). Avaliação da aprendizagem em educação online. 3ed.São Paulo: Edições Loyola, 2014, v. 1, p. 315- 331.
- SILVA, Edileuza Fernandes da; FERNANDES, Rosana César de Arruda **Coordenação pedagógica: espaço e tempo de organização do trabalho pedagógico coletivo**: In: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (Org.). Avaliação: interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2017.
- SOUZA, Lanara; ARAGÃO, José Wellington e CORDEIRO Márcia (Org.) **Entre reflexões e relatos: vozes de sujeit@s implicad@s com a gestão educacional**. Salvador, EDUFBA, 2017

STRECK Danilo R; REDIN Euclides; ZITKOSKI, José. **Dicionário Paulo Freire**. 2ª edição, rev.amp.- Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. Cadernos pedagógicos do Libertad. V.3), São Paulo/SP: Libertad, 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VILLAS BOAS, Benigna M. de Freitas. **Planejamento da avaliação escolar. Proposições**, v. 9, n. 3, p. 19-27, nov. 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644114/11552>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

VILLAS BOAS, Benigna *Maria de Freitas*. **A avaliação na escola**. – Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 77 p.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Campinas, SP: Papiros, 2008

VILLAS BOAS, Benigna *Maria de Freitas*. **Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: papiros, 2017.

VILLAS BOAS, Benigna *Maria de Freitas* .**Conversas sobre avaliação**. 1. ed (org). Campinas, SP: Papiros, 2019.

APÊNDICE A – Questionário para os professores



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

QUESTIONÁRIO SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA

Prezados (as) professores (as), o presente trabalho tem como objetivo compreender a concepção dos professores sobre avaliação da aprendizagem, e de que forma o coordenador pedagógico pode contribuir para a melhoria da prática docente.

PARTE 1

Qual componente curricular você ensina? -----

Qual a sua escolaridade?

Graduação ()

Pós-graduação ()

Mestrado ()

Doutorado ()

Há quanto tempo ministra aulas no Ensino Fundamental II?

() entre 5 a 10 anos

() entre 10 e 15 anos

() entre 15 e 20 anos

() Mais de 20 anos

PARTE II

Aspectos pedagógicos

1. Defina avaliação da aprendizagem?

- () Ação pontual que analisa a nota do aluno
- () Processo que tem como objetivo promover a aprendizagem dos alunos.
- () Resultado final do processo de ensino e aprendizagem
- () Juízo de valor para verificar os conteúdos abordados

2. Qual o principal objetivo da avaliação?

- () Verificar o que o aluno aprendeu
- () Selecionar os melhores alunos
- () Estimular a competição entre os alunos para que vença o melhor
- () Promover a aprendizagem dos alunos

3. Se algum aluno lhe procurar dizendo que não estava muito bem no dia da avaliação e pedisse mais uma chance você concederia?

Sim () Não ()

4. Você concorda que todos os alunos sejam avaliados da mesma forma? Se puder explique. Sim () não ()

5. O que você entende por instrumentos avaliativos? Assinale uma ou mais questões a seguir.

- () Maneira de avaliar os estudantes por meio de provas
- () Formas de acompanhar a aprendizagem dos estudantes
- () Recurso utilizado para coleta de análise de dados no processo de ensino e aprendizagem
- () Forma de medir o resultado de um processo

6. Quais são os instrumentos avaliativos mais utilizados por você? Enumere de 1 a 5 em ordem considerando o maior número para o mais utilizado.

- () Prova objetiva ou dissertativa (impressa)
- () Seminários (online)
- () Pesquisas (impressa)
- () Atividades individuais (online)
- () Atividades em grupo
- () Projetos interdisciplinares (impresso)
- () Observações das aulas (online)
- () Debates (online)
- () Conselho de classe (online)
- () Portfólio (impresso ou online)

7. Os/as estudantes podem decidir junto com você por qual instrumento avaliativo eles serão avaliados? Sim () não ()

8. Você costuma construir critérios avaliativos juntamente com os discentes?
Sim () não ()

9. Os discentes recebem feedback do resultado das avaliações?

Sim () não ()

10. Quando você avalia os discentes?

- () Semanalmente (nas atividades desenvolvidas)
- () Mensalmente (nas atividades desenvolvidas)
- () somente ao final de cada unidade
- () somente no final do ano letivo

11. Quais integrantes da escola devem ser avaliados?

- () Estudantes

- () Professores
- () Gestores e coordenadores
- () Todos os trabalhadores da escola

12. Você concorda que a prova seja o principal instrumento para avaliar a aprendizagem dos estudantes?

Sim () não ()

13. Quem financiou os equipamentos eletrônicos para a realização das aulas on-line?

() Você mesmo () a prefeitura

14. Quando é feito o conselho de classe?

() no final de cada unidade () no final do ano

15. Qual foi o principal meio de comunicação utilizado para a comunicação entre professor e aluno?

- () Whatsapp
- () Google meet
- () E-mail
- () Teams

APÊNDICE B – Questionário para os coordenadores pedagógicos**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA****Questionário para os coordenadores**

Prezado coordenador, ultimamente tem se discutido bastante quais são as atribuições do coordenador dentro dos estabelecimentos de ensino. Nesse sentido, é preciso analisar qual é o papel do coordenador nas unidades escolares. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da avaliação da aprendizagem na trajetória escolar dos discentes e procura identificar ainda de que forma o coordenador pedagógico o coordenador pode contribuir com os docentes para que eles possam fazer uso de instrumentos avaliativos diversificados.

PARTE 1**Qual a sua escolaridade?**

Graduação ()

Pós-graduação ()

Mestrado ()

Doutorado ()

Há quanto tempo ocupa o cargo de coordenador pedagógico?

() entre 5 a 10

() entre 10 e 15 anos

() entre 15 e 20 anos

() Mais de 20 anos

PARTE II

Aspectos pedagógicos

1. Defina avaliação da aprendizagem?

() Ação pontual que analisa a nota do aluno

() Processo que tem como objetivo promover a aprendizagem dos alunos.

() Resultado final do processo de ensino e aprendizagem

() Juízo de valor para verificar os conteúdos abordados

2. Qual o principal objetivo da avaliação?

() Verificar o que o aluno aprendeu

() Selecionar os melhores alunos

() Estimular a competição entre os alunos para que vença o melhor

() Promover a aprendizagem dos alunos

3. Qual é o papel do (a) coordenador (a) pedagógico (a) no espaço escolar?

() Coordenar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos

() Colaborar com o planejamento dos docentes, acompanhar a aprendizagem dos estudantes aproximar escola e família.

() Acompanhar, mas não interferir no trabalho de professor e alunos

() Agir com autoridade e cobrar que cada funcionário da escola cumpra a função designada.

4.Qual a maior dificuldade ou desafio que você encontra na escola como coordenador pedagógico?

- () Desempenhar várias funções que não cabe a coordenação pedagógica
- () Não ter definição clara das funções que serão desempenhadas
- () Resistência dos professores para chegar a um consenso nas reuniões
- () Desenvolver uma boa relação com todos os atores escolares

5.Como é a sua relação com o gestor da escola?

- () Excelente
- () boa
- () ruim
- () regular

6.Como é a sua relação com os professores?

- () Excelente
- () boa
- () ruim
- () regular

7.A escola adota a gestão democrática?

- () sim () não

8.Você acompanha o planejamento dos professores? Qual a frequência?

- () sim () não
- () semanalmente () Quinzenalmente

9. Os resultados das avaliações são usados como parâmetros para intervenções ou melhorias futuras?

() sim () não

10. Você auxilia e contribui com os professores no desenvolvimento das atividades avaliativas?

() sim () não

11. A escola dispõe de um colegiado escolar ou conselho escolar com função e atribuições bem definidas?

() sim () não

12. O colegiado discute o administrativo e o pedagógico?

() sim () não

13. A escola possui Projeto Político Pedagógico (PPP)?

() sim () não

14. O diretor e os professores tomam decisões conjuntas relativas ao horário escolar, aos livros didáticos e demais recursos utilizados?

() sim () não

15. Qual foi o maior desafio para desenvolver o seu trabalho durante o ensino remoto?

() A comunicação com os professores/gestor e as famílias

() Buscar formas de avaliar a aprendizagem dos alunos

() Adequar as ordens da Secretaria de Educação a realidade da escola e dos alunos

() Incluir os alunos que não possuíam recursos financeiros e tecnológicos para que eles não fossem prejudicados